

Pragmática, tecnologia e corpo: um ensaio sobre a força política dos enunciados midiáticos

Pragmatic, technology and body: an essay on the political power of media statements

Ângela Maria Meili

Mestre em Linguística (Unicamp), doutoranda em Comunicação Social (PUCRS) e pesquisadora visitante na University College of Cork, na Irlanda

Resumo

O presente artigo apresenta um excerto das reflexões desenvolvidas na pesquisa de mestrado em Estudos da Linguagem, da autora, concluída em 2008. É, basicamente, uma reflexão teórica sobre a relação entre materialidade, tecnologia e produção de linguagem, num caminho entre a noção de escritura, dada por J. Derrida, o aspecto da performatividade, trazido por J. L. Austin, e as ideias de micropolítica, corpo e desejo, trazidas por F. Guattari. São utilizadas questões midiáticas como exemplificadoras da relação entre o ato de fala e o suporte material-tecnológico.

Palavras-chave: tecnologia; pragmática; corpo; escritura; política; mídia.

Abstract

This paper represents a part of the reflections of the author's Master's Dissertation in the Language Studies field, finished in 2008. It is, basically, a theoretical essay about the relation between materiality, technology and language production, in a path between the notion of écriture, of J. Derrida, the performative act conceptualization, of J. L. Austin, and the ideas of micro-politics, body and desire, developed by F. Guattari. Media examples are used to exemplify the relation between speech acts and technological and material surface of inscription.

Keywords: local media; city; consumption; Topview; lifestyle.

ESCRITURA: FIXAR E FLUIR, ONDE O SENTIDO PERFORMA

Aludindo à F. Nietzsche, J. Derrida, em *Gramatologia* (2004a), afirma que a escritura não está originalmente sujeita ao *logos* e à verdade, mas que tal sujeição veio a ser. O autor questiona se, ao romper a irredutibilidade do significado, da verdade da palavra, não estaríamos saindo da esfera da linguagem.

É por isso que trabalha com uma questão de escritura para criticar a metafísica do sentido pela presença e pensar a linguagem em seu aspecto material, não meramente representativo. O significante não estaria atrelado a uma realidade, ele é a sua própria imagem e semelhança, um significado que se institui pela possibilidade da própria repetição – ele funciona em jogo e não pela sua unicidade.

Há, dessa maneira, uma importância temporal quanto à experiência do significado, porque a substância da expressão se basta e não toma nada emprestado fora de si, trata-se de um caráter não mundano das expressões que constituem a sua idealidade.

É, assim, a palavra uma experiência do ser e sua condição de possibilidade. Não se trata, contudo, de um significado, mas de um movimento significante. Essa movimentação é motivada pela oralidade e retida pela escritura, que, por sua vez, retorna à fala, como numa relação de vida e morte, entre um devir e uma paralisia. A escritura é, como conceito elaborado pelo filósofo, o lugar do *logos*, da representação, origem da episteme e da historicidade – quer dizer, da fixação de um devir temporal e expressivo que, por sua vez, reintroduz-se na própria fluidez da fala.

Quando pensamos sobre a televisão, o rádio e o cinema, vemos uma relação velada entre fala e escrita, havendo um processo de escritura da sociedade que se desenvolve através da tecnologia do registro. Isso ocorre, sobretudo, quando analisamos a forma como os seus enunciados são produzidos – eles são orais, emitidos foneticamente, porém baseiam-se na leitura de *scripts* ou roteiros; tal oralidade, portanto, medeia um projeto de escritura da sociedade, havendo uma continuidade entre o polo enunciativo e o polo receptor, que acaba sendo orientado pelos textos midiáticos. Trata-se de um registro escritural que se manifesta na voz, uma voz que está fixada pelos limites de uma escrita (uma formulação gráfica *a priori*) e que vai estabelecer continuidade com a sociedade no devir temporal.

A mídia de massa, especialmente, é capaz, portanto, de inscrever uma sociedade, uma cultura, fatos e desejos em um tempo aparentemente real e sincronizado com o espectador; essa escritura midiática produz uma história que se naturaliza simultaneamente enquanto é exibida. Ela é, porém, exercida em dois ou mais tempos: primeiramente, através de um planejamento estratégico da programação em função de um mercado (público virtualmente consumidor), a roteirização; em seguida, através da formulação audiovisual desses roteiros e, enfim, através da exibição, da transmissão desse material eletrônico.

Assim como tal inscrição conduz e retém significados ao longo do tempo, pensar em escritura também nos permite pensar na não fixidez dos significados, justamente porque se trata de um movimento que pode sofrer interferências diversas, qual seja, o processo de desconstrução.

A escritura não é um objeto, mas condição da episteme, e não é a simplicidade irreduzível de uma essência. Dá-se um jogo entre a representação e o seu referente, um jogo de reflexos em que o ponto de origem torna-se inalcançável. A escritura não encontra o signatário, nem o referente, ela é o nome dessas duas ausências.

É desse modo que a imanência da língua está exposta a forças estranhas ao sistema e não se reduz à mera escrita fonético-alfabética (na qual se produziu a metafísica logocêntrica que determina o sentido do ser como presença). Trata-se da possibilidade de um “sistema” total, aberto a uma rede com várias dimensões que ligam significantes abertos a todas as cargas de sentido possíveis.

Escritura implica leitura, e o poder dominador de uma escritura midiática se consolida na sua expectativa. Pode-se considerar a complexidade da leitura de um espectador que não estaria em pleno domínio do código televisivo; contudo, para Derrida, a leitura não pode legitimamente transgredir o texto em direção a algo que não é ele, ou seja, a um significado fora dele ou da escritura em geral. “[...] Não há fora-do-texto. [...] Porque não temos acesso à sua existência dita ‘real’ a não ser no texto e porque não tenhamos nenhum meio de fazer de outra forma, nem nenhum direito de negligenciar essa limitação” (DERRIDA, 2004a, p. 194).

Assim, qualquer presente absoluto, ou natureza, ou aquilo que as palavras podem nomear está sempre se esquivando para que a linguagem ou a escritura abram o sentido na desapareição da presença natural. Dessa maneira, ao considerarmos a textualidade dos meios de comunicação na sua suplementaridade de rastro significativa que se acrescenta ao real, considerando a sua permanência e a sua imperatividade num contexto audiovisual, digital e impresso, forma-se uma cadeia textual que se suplementa à potencialidade interpretativa.

As mídias, como escrituras, englobam-se em relações intertextuais autoafirmativas, projetadas a partir de um contexto dos *mass media*, no qual a informação ou o conteúdo são estabelecidos em função de uma lógica de mercado. Para que a escritura exista, há de se requerer o suporte, que é o *locus* espaço-temporal no qual se fixa o sentido como rastro que pode se reificar ou se desconstruir, o que não ocorre numa superfície plana, numa tábula rasa, mas a partir de uma *techné*, que abrange toda a complexidade humana.

A objetivação do ser é uma junção dada no instante da existência, o que para a interpretação derridiana seria, nada mais, que uma determinação de linguagem. É por tais razões que Derrida dá tal ênfase à textualidade, pois vê nela a força de retenção dos sentidos e a explicitação da própria ausência, a que Heidegger se refere na questão do dito: é uma forma de lidar com a

categoria da temporalidade, pela retenção do ser e do espaço de formulação de todas as metafísicas possíveis. Espaço, também, de formulação da Ciência e de todo o conhecimento, lugar no qual se dão as perguntas sobre o homem.

O conhecimento e a técnica, na modernidade, não deixam de ser resultado do gesto de nomear, que desdobra mundo, confia o mundo para as coisas (apropriação das coisas no gesto de mundo: diferença), entreabrindo um meio, uma dimensão que suporta os modos de ser, as formas de entificação, nas quais o homem e tudo o que o cerca convertem-se em objetos ou dispositivos, elementos de uma ordenação.

CORPOS TECNOLÓGICOS: OS SUPORTES QUE SIGNIFICAM

There is no speech act without the body, and at the same time the body limits the role of intention in the speech act'

(BUTLER, 1983)

Dai que pensar tanto a máquina quanto o acontecimento performativo continua sendo uma monstruosidade impossível. Mas, justamente por isso, a única possível

(DERRIDA, 2004b)

97

Tal substantivo é paradoxal, o corpo orgânico que possui desejo e emoção contradiz-se com a máquina logicamente programada e o uso racional da técnica. Da dicotomia clássica entre corpo e alma, sabe-se que a razão está para o segundo, ela comporta os processos lógicos e a neutralidade dos objetos técnicos. A tecnologia é o uso pensado dos objetos técnicos, ou seja, o estabelecimento de uma relação funcional e utilitarista entre instrumentos. Ao corpo, portanto, não caberia um comportamento maquinal – tem função meramente orgânica, um invólucro do ser, sobretudo, pensante.

Reverendo a importância do corpo no esquema enunciativo, a partir da ideia de uma intencionalidade performativa, Judith Butler (1993) chama a atenção para o papel da materialidade corporal (o sexo) na enunciação e para a sua própria limitação como efeito de um poder discursivo (o gênero). Trata-se de uma relação intrínseca entre o corpo orgânico e o discurso – o texto é performativo (AUSTIN, 1962) porque age, trabalha sobre o corpo. Tal corpo sofre injunções pela linguagem e pela materialidade na qual se inscreve o simbólico: corpo orgânico, humano, individualizado que se torna simbólico através da linguagem.

Essa individualização é política e, portanto, uma formação identitária, pois ocorre a materialização de um ideal regulatório – idealidade produzida pela linguagem. Trata-se de uma performance enunciativa que é prática criativa pela qual o discurso produz efeitos de nomeação, nomes que, reiterados, vão conduzindo identificações de um sujeito-abjeto que precisa garantir a sua legitimidade simbólica, mas que também, pela repetição, rearticula sentidos, resgatando ou excluindo caracteres, atuando como um *sujeito-projétil*.

O subjétil resiste. Tem de resistir. Ora resiste demais, ora não resiste o bastante. Tem de resistir para ser finalmente tratado como ele mesmo e não como suporte ou subposto de outra coisa, a superfície ou o substrato submisso de uma representação [...] Nem objeto nem sujeito, nem tela nem projétil, o subjétil pode tornar-se tudo isso, estabilizar-se sob essa ou aquela forma ou mover-se sob qualquer outra (DERRIDA, 1998, p. 45).

Ao enfatizar o caráter performativo da linguagem, estamos colocando em questão as intencionalidades, uma agência subjetiva que se sobrepõe ao sistema de significações como imperativo político, um resgate da expressividade sobre a representação. A expressão é dada aos sentimentos, desejos, enquanto a representação é dada às formulações racionais.

Na performatividade, há uma disposição de desejo, crença e condições intersubjetivas, um resgate à localidade das ações para além de um esquema mais abstrato, estrutural ou sistêmico dos padrões de comportamento, significados etc. Em suma, há o aprofundamento de elementos humanos, orgânicos na linguagem.

Há uma materialização da linguagem como ato, como transformação condicionante e condicionada politicamente. Assim, quando pensamos na possibilidade de uma tecnologia intencional, estamos atribuindo um status humano à máquina, que é uma alternativa a qualquer abordagem externalizante ou alienante da máquina. A sua frieza deixa de existir na medida em que a máquina está integrada ao corpo orgânico, aos processos da natureza e aos desejos.

O controle da racionalidade sobre a natureza pela técnica é, enfim, consequência de um empreendimento humano que está sujeito à potencialização do indivíduo como agente.

O bom senso prova então que, entre máquina e homem, existe uma aliança momentânea, aliança que as condições de utilização para o bem-estar podem consolidar, do mesmo modo como podem vir a ser denunciadas. Seja como for, segundo esse bom senso, é o homem, sua obra, sua vida, sua fala que têm a última palavra (SFEZ, 1994, p. 316).

Um teórico que pensou a técnica de modo mais humano, politizando-a, foi Gilbert Simondon (1958), que considerou que os objetos técnicos são constituídos por informações externas que fornecem o sentido de seu funcionamento; eles são a materialização do pensamento humano e não um invólucro fechado de engrenagens. A máquina é, portanto, um sistema aberto que dialoga com a própria utilidade que lhe é conferida, sendo que a automação representa muito mais questões econômicas que qualquer significação técnica.

O autor trabalha com o conceito de individuação dos objetos técnicos, o que os aproxima de um conceito biológico de individuação, havendo uma sinergia complexa entre seus elementos, pois não são elementos destacáveis, mas resultados de desenvolvimentos e processos contínuos de evolução; por isso, o objeto técnico não é meramente artificial e desarticulado da sociedade. Para o autor, não há fundamento em se estabelecer uma oposição entre cultura e técnica, homem e máquina; ocorre um desequilíbrio, portanto, ao delegar função

meramente utilitária a determinados objetos técnicos, o que resulta na tecnocracia, “tecnicismo imoderado que idolatra a máquina, atraindo tecnocraticamente a um poder incondicional” (SFEZ, 1994, p. 23). A máquina se torna suprema e instrumento de poder. O autor alerta para a necessidade de se reintroduzir na cultura a consciência da natureza das máquinas, de suas relações mútuas e de suas relações com o homem, além dos valores implicados nessas relações.

Um objeto técnico é mais do que um objeto, é um depositário ou uma manifestação de intencionalidade humana, o que permite a comunicação entre as esferas material e humana. Ambas, em equilíbrio, configuram, para Simondon, o universo no qual ocorrem muitos movimentos e permanências. Sistematizar o universo material é fazer-se humano numa rede de relações e é o próprio objetivo da tecnologia; o mundo material passa a ser organizado conceitualmente para, em seguida, ser organizado materialmente a partir desses conceitos, produzindo objetos técnicos e automatismos cibernéticos. Máquinas e mecanismos, assim como ferramentas, são vistos pelo filósofo como “entidades técnicas”, estas compreendem: a) um corpo de conhecimento e valores e b) promovem mediação homem-natureza. Para a análise dessas entidades, precisamos diferenciar o sentido de uma entidade da sua função utilitária, pois além de uma objetivação funcional, a entidade tem significância social e econômica ainda maior do que a tecnológica.

99

O objeto técnico tende a uma coerência interna (sistema fechado de causas e efeitos circularmente às suas fronteiras) e externa (incorporação e integração ao mundo natural – a funcionalidade de um objeto é relativa à sua adaptabilidade ao meio). O filósofo sugere que, em vez de olharmos para um objeto como uma classe autômata e finalizada, que o tomemos em linhas de concretização através da sua evolução temporal; o processo de adaptação/concretização causa o nascimento de um ambiente e não é tão somente resultado desse ambiente estabelecido.

O objeto técnico concreto resulta em um corpo plenamente ajustado, cada vez mais miniaturizado e reticular, guardando várias semelhanças para com os seres vivos. Ele não precisa mais de um suporte exterior que possibilite seu rendimento. Ao contrário, *ele pode existir tanto isoladamente quanto em associação com outros objetos*, pois sua constituição integrada e sinérgica o faz prescindir de um suporte exterior (ANDRADE, 2001).

Se pensarmos a mídia como agente político, podemos perceber as possíveis articulações entre a técnica e o uso humano, as condições políticas, as intencionalidades dos grupos que formam e organizam os canais emissores.

Há uma dependência real entre a transmissão de informação e as intenções pessoais ou coletivas. Por exemplo, os grandes meios de comunicação organizam-se tecnicamente de modo abrangente, a grande quantidade de retransmissoras, o grande investimento na produção das imagens que resultam em produções caras para criar um universo imagético que é, sobretudo,

dependente das tecnologias utilizadas. As permissões legais para replicar as mensagens, para emitir com alta potência, a articulação entre replicadoras e sua simultaneidade de transmissão, as técnicas de iluminação, a maquiagem, a cenografia, as próprias técnicas textuais, tudo isso está articulado em função de estabelecer um poder enunciativo sobre os espectadores, um poder que é de abrangência e sedução e que é consequência de uma articulação entre a técnica e o ser humano (uma individuação da técnica). Para o espectador, a Globo surge tal qual mágica em sua intimidade: a beleza das imagens, a precisão temporal, as transições perfeitas, a facilidade em sintonizar, em qualquer parte do Brasil, dão a impressão de um fenômeno tecnológico que emana, alheio a qualquer controle humano, e que, por isso, é acatado, receptado como uma mensagem divina.

Vale citar o trabalho de R. Williams (2003), que desenvolve uma reflexão importante acerca da televisão, enfatizando seu caráter tecnológico, sobretudo tecnossocial, considerando que a tecnologia não é mera consequência, mas central nos processos sociais e somente adquire importância efetiva a partir do seu uso. A transformação da produção industrial e suas formas sociais consequentes deram-se a partir de uma longa história de acumulação de capital e trabalho técnico que criou novas necessidades e, também, novas possibilidades, como os sistemas contemporâneos de comunicação, inclusive a televisão: “Os procedimentos mais elementares da produção midiática [...] são intervenções no material disponível. Não existem escrita, filmagem e exibição não manipuladas. Dessa forma, a questão não é se as mídias são manipuladas ou não, mas quem as manipula” (WILLIAMS, 2003 p. 35).

MICROPOLÍTICAS DESEJANTES: ENUNCIADOS MIDIÁTICOS COMO CONTAMINAÇÃO

F. Guattari (1996) escreve textos políticos e formula um novo lugar para falar de liberdade, significado e corpo. O desejo é uma categoria importante para falar dessas questões, pressupondo, nas relações de poder, um controle, uma economia dos desejos. A subjugação semiótica dos indivíduos afetaria diretamente o corpo. “*There is a microfacism of one’s own body, of one’s organs, the kind of bulimia that leads to anorexia, a perceptual bulimia that blinds one to the value of things, except for their exchange value, their use value, to the expense of the values of desire*” (GUATTARI, 1996, p. 11).²

Esta é a base para um pensamento em micropolítica, a ação política como reconhecimento dos poderes de subjugação semiótica que coíbem ou alimentam os desejos. Isso tem a ver tanto com o corpo individual quanto com um corpo coletivo e mesmo um corpo tecnológico. Não deixa de ser o Capital uma operação semiótica que o permite assumir múltiplas formas, desde as territorializantes, como os Estados Nacionais, até relações localizadas e individuais de quantificação de poder. Múltiplas significações do Capital são desenvolvidas, como valores, preços, posses, linguagem publicitária, créditos,

consumo estético etc. O resultado é o controle real dos tempos maquínicos, a subjeção dos órgãos humanos por arranjos produtivos, o que, atualmente, conduz a um modo de subjugação que ultrapassa a monetarização do tempo de trabalho e atinge fundamentalmente o indivíduo como identidade, todo um aparato técnico-científico, macro e microsocial e procedimentos de mídia de massa para a sujeição. Trata-se de um capitalismo segmentário que globaliza ao mesmo tempo que miniaturiza a subjugação do desejo. São relações moleculares de poder: micropolíticas.

Se a dominação acontece por um processo de regulação do indivíduo pelas mídias, pedagogias e tecnologias, pode-se dizer que qualquer prática significativa provinda do indivíduo tem, por sua vez, a potencialidade de desregulação semiótica; ou seja, a partir do aparecimento de outras individualidades, redes ou coletividades (ou tecnologias) desejanter, haverá a liberação de signos e desejos contidos, subjugados. Nessa micropolítica, ocorre uma negociação do indivíduo com as fronteiras que o constituem, tal negociação pode conduzir à libertação e à dissolução dessa identidade, a pessoa ou grupo de pessoas dando vazão aos seus desejos, por mais subversivos que sejam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

101

A mídia atua através de atos de linguagem ou performativos (AUSTIN, 1962) que engendram sempre novas possibilidades semânticas, têm imprevisibilidade e interligam-se a um contexto que modificam constantemente; de onde emergem, ao mesmo tempo, estão sendo limitadas e direcionadas por esse contexto, de modo que o suporte/corpo deve ser necessariamente considerado com relação à performatividade. Os suportes/corpos são dinâmicos, interagem e participam da produção simbólica. Assim, as técnicas pressupostas à forma da expressão ajudam a compor o movimento social, o processo coletivo no qual a tecnologia é política. Sem tomar uma postura mecanicista desta relação técnica e política, retoma-se o caráter humano da máquina, ao contrário de impor uma utópica exatidão técnica ao corpo social. Vale mencionar que há inúmeras implicações no estudo dessa relação.

Toda nossa reflexão, enfim, pode ser aproximada do que Pierre Lévy (2004) denomina de tecnopolítica, em que toda técnica é uma cristalização de escolhas entre os usos possíveis que gera materiais, ferramentas, modos de inscrição, enfim *coisas* que significam, medeiam e produzem as relações humanas.

Os atos tecnopolíticos configuram o próprio espaço social e são, em via dupla, agenciados por escolhas técnicas, estratégias comerciais, riscos financeiros (LÉVY, 2004 p. 60); o autor afirma que “a filosofia política não pode mais ignorar a ciência e a técnica. Não somente a técnica é uma questão política, mas é ainda e como um todo, uma micropolítica³ em atos” (LÉVY, 2004, p. 9-10).

O aspecto sociotécnico não é mero pano de fundo do desenrolar dos acontecimentos, pois o desenvolvimento da racionalidade humana e de toda

a linguagem depende intimamente de um uso histórico, datado e localizado de tecnologias intelectuais, de modo que a protagonização histórica sempre esteve atrelada a técnicas de armazenamento e processamento de representações, tais dispositivos moldam e são moldados constantemente pelo pensamento. Os modos de pensar e comunicar (e até mesmo crer) são condicionados por processos materiais, ou seja, “separar o conhecimento das máquinas da competência cognitiva e social é o mesmo que fabricar artificialmente um cego (o informata ‘puro’) e um paraplégico (o especialista ‘puro’ em ciências humanas)” (LÉVY, 2004, p. 55). Assim, não se pode afirmar que as técnicas sejam homogêneas e que determinem ou estruturam a comunicação, pois ao contrário “[...] resultam de longas cadeias inter cruzadas de interpretações e requerem, elas mesmas, que sejam interpretadas, conduzidas para novos devires pela subjetividade em atos dos grupos ou dos indivíduos que tomam posse dela” (LÉVY, 2004, p. 186).

Finalmente, o acontecimento textual (que é a práxis comunicativa ou ação simbólica participativa) estaria intimamente relacionado ao corpo, o que significa que o processo simbólico é um resultado das técnicas que, por interatividade, afetam o instante do acontecimento, qual seja o ato pragmático, a manifestação expressiva de um ser localizado num processo interativo e que atua necessariamente sobre a matéria física, o corpo, o real, a inscrição; o sujeito se faz e refaz por uma materialidade constantemente transformada, mas também repetitiva e codificada. “[...] Uma letra cuja força dissociativa e inorgânica, desorganizadora, desarticuladora afeta não apenas a natureza, mas o corpo próprio (*body*) – como totalidade orgânica e organizada. [...] O acontecimento textual é inseparável dessa materialidade formal da letra. Materialidade, ou literalidade formal (DERRIDA, 2004a, p. 125).

Segundo Bataille (1984), a satisfação do desejo (de força irracional) é o fim para o qual são produzidos muitos meios e técnicas (a força racional). Mesmo a pulsão do desejo sendo essencial, haverá a maquinação (racionalização) dos meios para se chegar ao fim, que é a sua satisfação, como a atividade sexual utilitária (ação voluntária e calculada). Toda moralidade que conduz as pulsões humanas, para Deleuze e Guattari (1995), é processada por redes maquinais que preordenam os desejos e os poderes do indivíduo, sob um regime funcional de produção do desejo.

Corpo, desejo, tecnologia e política são, enfim, fatores intrinsecamente conectados ao ato de significação, e atentar para a força pragmática que implicam no entendimento da linguagem é de extrema valia para enriquecer a compreensão das forças enunciativas no contexto de sua produção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, T. Intersecções entre o ambiente e a realidade técnica: contribuições do pensamento de G. Simondon. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, jun. 2001.
- AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press, 1962.
- BATAILLE, G. *As lágrimas de Eros*. Lisboa: Produção & etc., 1984.
- BUTLER, J. *Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”*. New York: London: Routledge, 1993.
- BUTLER, J. Afterword. In: FELLMAN, S. *The Scandal of the Speaking Body: Don Juan with J. L. Austin, or Seduction in two Languages*. Califórnia: Stanford University Press, 1983.
- DELEUZE, G.; GUATTARI F. *Mil platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. v. 1.
- DERRIDA, J. *Enlouquecer o subjétil*. São Paulo: Ateliê Editorial Unesp, 1998.
- . *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 2004a.
- . *Papel-Máquina*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004b.
- GUATTARI, F. *Soft subversions*. New York: Semiotext(e), 1996.
- LÉVY, P. *As tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- SFEZ, L. *Crítica da Comunicação*. São Paulo: Loyola, 1994.
- SIMONDON, G. *On the Mode of Existence of Technical Objects*. Paris: Aubier: Editions Montaigne, 1958. [Traduzido do Francês para o Inglês por Ninian Mellamphy].
- WILLIAMS, R. *Television*. New York: London: Routledge, 2003.

NOTAS

- 1 “Não há ato de fala sem o corpo e, ao mesmo tempo, o corpo limita o papel da intenção no ato de fala.”
- 2 “Há um microfascismo do corpo único individual, do organismo próprio, uma espécie de bulimia que conduz à anorexia, uma bulimia perceptual que impede ver o valor das coisas, a não ser o valor de troca, o valor de uso, para o gasto dos valores desejantes,”
- 3 O conceito de micropolítica é, vale mencionar, discutido detalhadamente no terceiro capítulo de *Mil platôs: Capitalismo e Esquizofrenia* (DELEUZE; GUATTARI, 1995), no qual o real é visto em movimentos heterogêneos que operam segmentações (binárias, circulares e lineares), duras ou flexíveis, que formam dimensões moleculares e fugas criadoras em constante coexistência e interpenetração.